



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ATALANTA

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2013

COMUNICADO DO RESULTADO DOS RECURSOS QUANTO AO CONTEÚDO DAS PROVAS OBJETIVAS E FORMULAÇÃO DAS QUESTÕES

A COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2013 DO MUNICÍPIO DE ATALANTA / SC, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados que, após a análise dos recursos interpostos em requerimentos formulados pelos candidatos, prolatou as seguintes decisões:

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CARGO	QUESTÃO	DESPACHO	DECISÃO
0.145	Débora Gonçalves Ferreira	Enfermeiro	05	Procedente	Anular Questão
0.025	Eliane Terezinha Brandt Demarchi	Professor de Educação Infantil	05	Procedente	Anular Questão
0.044	Fernando Arndt	Advogado	05	Procedente	Anular Questão
0.242	Gilvânia Porto	Fiscal Sanitário	05	Procedente	Anular Questão
0.190	Luciano de Oliveira	Cirurgião Dentista	05	Procedente	Anular Questão
0.253	Maiara Klettberg	Enfermeiro	05	Procedente	Anular Questão
0.026	Mareli Antunes Rodrigues Jochem	Professor de Educação Infantil	05	Procedente	Anular Questão
0.286	Marilice Boneth	Nutricionista	05	Procedente	Anular Questão
0.252	Raquel Rodrigues Bertelli	Oficial Administrativo	05	Procedente	Anular Questão
0.049	Simoni Defrein Gomes	Professor de Educação Infantil	05	Procedente	Anular Questão
0.140	Walquiria Karsten	Enfermeiro	05	Procedente	Anular Questão
0.145	Débora Gonçalves Ferreira	Enfermeiro	07	Improcedente	Manter o Gabarito
0.078	Ana Paula Kocian	Professor de Educação Física	08	Improcedente	Manter o Gabarito
0.242	Gilvânia Porto	Fiscal Sanitário	10	Improcedente	Manter o Gabarito
0.078	Ana Paula Kocian	Professor de Educação Física	13	Improcedente	Manter o Gabarito
0.140	Walquiria Karsten	Enfermeiro	13	Improcedente	Manter o Gabarito
0.078	Ana Paula Kocian	Professor de Educação Física	16	Improcedente	Manter o Gabarito
0.249	Rory Klay Sant'Ana	Advogado	16	Improcedente	Manter o Gabarito
0.249	Rory Klay Sant'Ana	Advogado	19	Improcedente	Manter o Gabarito

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE ATALANTA**

0.253	Maiara Klettberg	Enfermeiro	22	Improcedente	Manter o Gabarito
0.222	Bolívar Bittelbrunn	Enfermeiro	23	Procedente	Anular Questão
0.253	Maiara Klettberg	Enfermeiro	23	Procedente	Anular Questão
0.078	Ana Paula Kocian	Professor de Educação Física	24	Improcedente	Manter o Gabarito
0.025	Eliane Terezinha Brandt Demarchi	Professor de Educação Infantil	24	Procedente	Anular Questão
0.026	Mareli Antunes Rodrigues Jochem	Professor de Educação Infantil	24	Procedente	Anular Questão
0.211	Marleide Aparecida de Campos Rocha	Professor de Artes	24	Procedente	Anular Questão
0.208	Rosania Marcílio Jochem	Professor de Educação Infantil	24	Procedente	Anular Questão
0.049	Simoni Defrein Gomes	Professor de Educação Infantil	24	Procedente	Anular Questão
0.190	Luciano de Oliveira	Cirurgião Dentista	26	Improcedente	Manter o Gabarito
0.222	Bolívar Bittelbrunn	Enfermeiro	26	Improcedente	Manter o Gabarito
0.249	Rory Klay Sant'Ana	Advogado	27	Improcedente	Manter o Gabarito
0.004	Josemar Lima dos Santos	Professor de Educação Física	27	Procedente	Anular Questão
0.078	Ana Paula Kocian	Professor de Educação Física	28	Improcedente	Manter o Gabarito
0.145	Débora Gonçalves Ferreira	Enfermeiro	29	Improcedente	Manter o Gabarito

Em consequência das decisões exaradas nos recursos acima mencionados, ficam ANULADAS as seguintes questões:

QUESTÃO	CARGO	MOTIVO
05	Todos de Nível Médio	Falhas na digitação das palavras que tiveram sua separação silábica apresentada nas alternativas
05	Todos de Nível Superior	Falhas na digitação das palavras que tiveram sua separação silábica apresentada nas alternativas
23	Cirurgião Dentista	Ausência de dados no enunciado da questão para permitir a resolução da mesma
23	Enfermeiro	Ausência de dados no enunciado da questão para permitir a resolução da mesma
23	Médico	Ausência de dados no enunciado da questão para permitir a resolução da mesma
24	Professor de Artes	Falha na digitação do enunciado da questão, o mesmo deveria perguntar o que não é uma incumbência dos docentes.
24	Professor de Educação Física	Falha na digitação do enunciado da questão, o mesmo deveria perguntar o que não é uma incumbência dos docentes.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**MUNICÍPIO DE ATALANTA**

24	Professor de Educação Infantil	Falha na digitação do enunciado da questão, o mesmo deveria perguntar o que não é uma incumbência dos docentes.
27	Professor de Educação Física	A questão foi elaborada de maneira equivocada e não apresenta uma resposta a ser assinalada.

Os candidatos que desejarem ter acesso às justificativas da Banca Examinadora, relativas aos despachos e decisões exarados em seus recursos, poderão fazê-lo no site do Concurso Público, utilizando o endereço eletrônico: <http://www.exatagg.com.br> ou procurando diretamente a Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

Atalanta / SC, 27 de Janeiro de 2014.

Presidente:

Secretário:

Membros:

**Resposta aos recursos interpostos contra a Questão 05, das Provas de Nível MÉDIO e SUPERIOR, do Concurso Público nº 001/2013, do Município de Atalanta/SC.**

A questão foi apresentada aos candidatos nos cadernos de provas da seguinte forma:

**05 – Assinale a alternativa onde um vocábulo foi dividido de maneira INCORRETA.**

- [A] ad - mis - sí - vel ⇔ a - mên - doa
- [B] caa - tin - ga ⇔ ce - re - brais
- [C] fac - cãõ ⇔ i - gua - is
- [D] ji - boi - a ⇔ re - ló - gi - o

**Candidatos:**

Débora Gonçalves Ferreira – **Inscrição:** 0.145 – **Cargo:** Enfermeiro

Eliane Terezinha Brandt Demarchi – **Inscrição:** 0.025 – **Cargo:** Professor de Educação Infantil

Fernando Arndt – **Inscrição:** 0.044 – **Cargo:** Advogado

Gilvânia Porto – **Inscrição:** 0.242 – **Cargo:** Fiscal Sanitário

Luciano de Oliveira – **Inscrição:** 0.190 – **Cargo:** Cirurgião Dentista

Maiara Klettberg – **Inscrição:** 0.253 – **Cargo:** Enfermeiro

Mareli Antunes Rodrigues Jochem – **Inscrição:** 0.026 – **Cargo:** Professor de Educação Infantil

Marilice Boneth – **Inscrição:** 0.286 – **Cargo:** Nutricionista

Raquel Rodrigues Bertelli – **Inscrição:** 0.252 – **Cargo:** Oficial Administrativo

Simoni Defrein Gomes – **Inscrição:** 0.049 – **Cargo:** Professor de Educação Infantil

Walquiria Karsten – **Inscrição:** 0.140 – **Cargo:** Enfermeiro

**Fundamentações dos Recursos:**

Em relação a questão 05, foi verificado que existem mais de uma resposta correta nesta questão, e não apenas a alternativa que foi colocada no gabarito como a correta.

-Colocada como correta no gabarito a alternativa (a)

-Verificado que também está correta a alternativa (c)

Na questão 05 a pergunta é: Assinale a alternativa onde um vocábulo foi dividido de maneira incorreta, então tanto na alternativa (a) como na alternativa (c) ambas possuem um vocábulo com a divisão incorreta. Sendo duas as respostas.

(a) Ad-mis-sível (correta) a-mên-doa (incorreta) \*a forma correta: a-mên-do-a

(c) Fac-cãõ (correta a divisão) i-gua-is(incorreta) \*a forma correta: i-guais

Também foi verificado que na questão a palavra faccão não existe, o correto da escrita seria facção, sendo também um erro ortográfico na questão.

A divisão silábica deve ser feita a partir da soletração, ou seja, dando o som total das letras que formam cada sílaba, cada uma de uma vez. Usa-se o hífen para marcar a separação silábica.

**Não se separam os ditongos e tritongos:** Como ditongo é o encontro de uma vogal com uma semivogal na mesma sílaba, e tritongo, o encontro de uma vogal com duas semivogais também na mesma sílaba, é evidente que eles não se separam silabicamente.

Por exemplo:

Au-las / au = ditongo decrescente oral.

Guar-da / ua = ditongo crescente oral.

Tritongo formado por vogal, semivogal e vogal.

Ex: iguais i-guais.

Quaisquer quais-quer.

A-guei / uei = tritongo oral.

**Separam-se as vogais idênticas e os grupos consonantais ee e ee:** Lembre-se de que há autores que classificam ee e uu como sinérese, ou seja, aceitam como hiato ou como ditongo essas vogais idênticas.

Exemplos:

Ca-a-tin-ga

Re-es-tru-tu-rar

Ni-i-lis-mo

Vô-o

Du-un-vi-ra-to

Tanto a alternativa A, B e C possuem palavras com separação silábica incorreta.

Vem o candidato, respeitosamente, a presença da ilustre banca se exsurgir pela questão em apreço. Esta pede para assinalar a alternativa onde um vocábulo foi dividido de maneira INCORRETA atribuindo como gabarito a letra "A". Data venia, respectiva alternativa não merece acolhida, visto que os vocábulos estão divididos de maneira correta. A alternativa "B" apresenta a palavra caatinga assim dividida: caa-tin-ga quando a gramática normativa apresenta como correta a seguinte divisão: ca-a-tin-ga, neste sentido a lição de Rodrigo Bezerra, Nova gramática da língua portuguesa para concursos-6 ed. Editora Método, 2013 página 20; e Evanildo Bechara, Moderna Gramática Brasileira 37ed. Editora Nova Fronteira, 2009 página 103. Sendo assim incorreta a divisão conforme acima demonstrado, deve esta ser o gabarito respectivo.

A palavra "caatinga" contida na alternativa B contém o encontro de duas vogais, sendo um hiato. De acordo com as normas gramaticais na separação de sílabas, as vogais devem ficar em sílabas separadas: ca-a-tin-ga.

Portanto, a alternativa onde um vocábulo foi dividido de maneira INCORRETA é a alternativa B.

As Alternativas A e B estão com vocábulos que foram divididos de maneira incorreta, segundo o site:

<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/fonetica/separacao-das-silabas.php>

Considerando que devíamos assinalar o vocábulo que foi dividido de maneira incorreta, a resposta correta é a alternativa B, pois o vocábulo caatinga está separado de forma incorreta. Segundo o dicionário prático de língua portuguesa Michaelis os vocábulos da alternativa A estão separados corretamente, já o vocábulo caatinga foi separado de forma incorreta sendo que este é separado da seguinte forma: Ca- a – tin-ga. Certo de contar com sua compreensão, desde já agradeço.

A questão 05 está no gabarito provisório como sendo certa a letra (A). Admissível e amêndoa. Questão certa é a letra (B). Caatinga e cerebrais.

A Questão Nº 5 apresenta 2 (duas) alternativas corretas: na alternativa D, palavra relógio está dividida da seguinte forma : re-ló-gi-o, sendo que o correto segundo a norma gramatical seria :

Re-ló-gio (paroxítona terminada em ditongo crescente) , portanto a alternativa D também está correta.

### **Resposta dos Recursos:**

Quando da digitação das palavras com sua devida separação, o corretor automático do Word do computador do elaborador estava acionado, o mesmo altera por conta própria as palavras que não estão em seu banco de dados, ou seja, ao se ditar o termo "ÇÃO" (de FACÇÃO), o editor de textos alterou o mesmo imaginando que o operador queria digitar o termo "CÃO" (de FACÇÃO); este fato já é o suficiente para a Banca Examinadora considerar que há um erro na questão, uma vez que não existe o termo "facção".

**Resposta: DEFERIDO – ANULADA**

**Portanto, fica "ANULADA", a Questão 05, das Provas de Nível MÉDIO e SUPERIOR, do Concurso Público nº 001/2013, do Município de Atalanta/SC.**

---

**Resposta ao recurso interposto contra a Questão 07, da Prova de ENFERMEIRO, do Concurso Público nº 001/2013, do Município de Atalanta/SC.**

**A questão foi apresentada aos candidatos nos cadernos de provas da seguinte forma:**

**07 – A cada ano que passa certo equipamento deprecia 15% (quinze por cento) em relação ao seu valor no ano anterior. No final de 4 (quatro) anos de uso quanto estará valendo este tal equipamento sabendo que o mesmo custou R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)?**

- [A] R\$ 16.000,00.
- [B] R\$ 18.975,75.
- [C] R\$ 20.880,25.
- [D] R\$ 24.565,00.

**Candidata:** Débora Gonçalves Ferreira – **Inscrição:** 0.145 – **Cargo:** Enfermeiro

**Fundamentação do Recurso:**

É o método que contabiliza, como despesa ou custo, uma parcela constante do valor do bem em cada período.

Exemplo:

A empresa comprou, no início de janeiro, um veículo com vida útil estimada de 5 anos pelo valor de \$ 30.000,00, sem valor residual estimado.

Qual será o valor da depreciação?

No final do primeiro ano, deverá reconhecer a despesa de depreciação de  $\$ 30.000,00 : 5 = \$ 6.000,00$  por ano.

Para calcularmos o valor da depreciação mensal, para efeito de apuração de resultados mensais, basta dividir o valor da depreciação anual por 12:  $R\$ 6.000,00 : 12 = R\$ 500,00$  por mês.

Se considerarmos um valor residual de R\$ 3.000,00 o valor anual da depreciação será:

$(\$ 30.000,00 - \$ 3.000,00) : 5 = \$ 5.400,00$  por ano.

Para calcularmos o valor da depreciação mensal para efeito de anuração de resultados

mensais, basta dividir o valor da depreciação anual por 12: R\$ 5.400,00 : 12 = R\$ 450,00 por mês.

A contabilização do valor da depreciação mensal será efetuada da seguinte forma: débito de despesa de depreciação e crédito da conta Depreciação Acumulada, portanto o lançamento será:

Débito – Despesa de Depreciação \$ 450,00

Crédito – Depreciação Acumulada \$ 450,00

### Exercício concurso

$$40.000,00 \times 15\% \text{ a,a} = 6.000,00$$

$$6.000,00 \times 4 \text{ anos} = 24.000,000$$

$$60.000,00 - 24.000,00 = 16.000,00$$

### Resposta do Recurso:

**A compreensão do enunciado faz parte da questão, vamos à resolução da mesma:**

Os dados para resolução da questão estão presentes no enunciado. Foi explicado que a desvalorização do equipamento seria feita sempre sobre o valor do ano anterior. É uma questão de matemática e não de contabilidade.

$$40.000,00 \times 0,15 = 6.000,00 \text{ (primeiro ano)}$$

$$40.000,00 - 6.000,00 = 34.000,00 \text{ (segundo ano)}$$

$$34.000,00 \times 0,15 = 5.100,00$$

$$34.000,00 - 5.100,00 = 28.900,00 \text{ (terceiro ano)}$$

$$28.900,00 \times 0,15 = 4.335,00$$

$$28.900,00 - 4.335,00 = 24.565,00 \text{ (quarto ano)}$$

$$24.565,00 \times 0,15 = 3.684,75$$

$$24.565,00 - 3.684,75 = 20.880,25$$

A alternativa correta é a letra C = R\$ **20.880,25**.

Resposta: **INDEFERIDO**

**Portanto, fica “MANTIDA” a Alternativa “C”, para a Questão 07, da Prova de ENFERMEIRO, do Concurso Público nº 001/2013, do Município de Atalanta/SC.**



**Resposta ao recurso interposto contra a Questão 08, da Prova de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, do Concurso Público nº 001/2013, do Município de Atalanta/SC.**

**A questão foi apresentada aos candidatos nos cadernos de provas da seguinte forma:**

**08 – Sabendo que a idade de Matheus é igual ao X da equação abaixo, quantos anos têm Matheus?**

$$\log_3 X = 2$$

- [A] 5 (cinco) anos.
- [B] 6 (seis) anos.
- [C] 8 (oito) anos.
- [D] 9 (nove) anos.

**Candidata:** Ana Paula Kocian – **Inscrição:** 0.078 – **Cargo:** Professor de Educação Física

**Fundamentação do Recurso:**

Qual a coerência de formular uma questão que exige o Log3, sendo que se faz em calculadora científica e de nada irei usar em minha vida profissional? Por que motivo eu e meus demais colegas deveríamos saber de cor o valor de Log3?

**Resposta do Recurso:**

O tema da questão consta entre os assuntos que foram propostos aos candidatos para estudo, no caso:

“4. Equações do 1º grau, sistema de equação de 1º grau, problemas do 1º grau; **Equações e inequações de primeiro e segundo graus, logarítmicas, exponenciais e trigonométricas.**”

**Resolução da questão:**

A questão não exige que o candidato saiba de cor o log de 3.

$$\log_3 X = 2$$

$$X = 3^2$$

$$X = 9$$

Matheus tem nove anos.

em tempo: Não é de incumbência dos membros da Banca Elaboradora escolher o



Conteúdo Programático que será publicado no Edital de Abertura de Concurso Público, cada elaborador trabalha apenas com o material que lhe é apresentado, na maioria das vezes para aumentar a segurança, não é informado sequer o cargo ou local onde as questões serão aplicadas.

A resposta da questão está correta e a mesma será mantida.

Resposta: **INDEFERIDO**

**Portanto, fica “MANTIDA” a Alternativa “D”, para a Questão 08, da Prova de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, do Concurso Público nº 001/2013, do Município de Atalanta/SC.**

**Resposta ao recurso interposto contra a Questão 10, da Prova de FISCAL SANITÁRIO, do Concurso Público nº 001/2013, do Município de Atalanta/SC.**

**A questão foi apresentada aos candidatos nos cadernos de provas da seguinte forma:**

**10 – Querendo lucrar 25% (vinte e cinco por cento) em certa mercadoria adquirida Manoel a vendeu por R\$ 1.750,00 (hum mil setecentos e cinquenta reais). Qual foi o custo desta mercadoria?**

[A] R\$ 1.312,50.

[B] R\$ 1.400,00.

[C] R\$ 1.500,00.

[D] R\$ 1.512,50.

**Candidata:** Gilvânia Porto – **Inscrição:** 0.242 – **Cargo:** Fiscal Sanitário

**Fundamentação do Recurso:**

A questão 10 está no gabarito provisório a letra (B). R\$ 1400,00. A correta é a letra (A). R\$ 1312,50.

**Resposta do Recurso:**

**A compreensão do enunciado faz parte da questão, vamos à resolução da mesma:**

$$PV \text{ (preço de venda)} = PC \text{ (preço de custo)} + 0,25 PC \text{ (lucro)}$$

$$1.750,00 = 1,25 PC$$

$$PC = 1.750,00 / 1,25$$

$$PC = \mathbf{1.400,00}$$

**Tirando a prova:**

$$\text{Lucro} - 25\% \text{ de } 1.400,00 = 350,00$$

$$PV = 1.400,00 + 350,00$$

$$PV = 1.750,00$$

Manoel vendeu a mercadoria com 25% de lucro sobre o valor do custo e não sobre o valor da venda.

**Alternativa correta é a letra B = R\$ 1.400,00.**



Resposta: **INDEFERIDO**

Portanto, fica “MANTIDA” a Alternativa “B”, para a Questão 10, da Prova de FISCAL SANITÁRIO, do Concurso Público nº 001/2013, do Município de Atalanta/SC.

**Resposta aos recursos interpostos contra a Questão 13, das Provas de Nível MÉDIO e SUPERIOR, do Concurso Público nº 001/2013, do Município de Atalanta/SC.**

**A questão foi apresentada aos candidatos nos cadernos de provas da seguinte forma:**

**13 – Inicialmente, as famílias que chegaram à região onde hoje se localiza o nosso município, fixaram residência em 3 localidades, são elas:**

- [A] Alto Dona Luiza, Dona Luiza e Ribeirão Matilde.
- [B] Alto Dona Luiza, Dona Luiza e Santo Antônio.
- [C] Alto Dona Luiza, Ribeirão Matilde e Santo Antônio.
- [D] Dona Luiza, Ribeirão Matilde e Santo Antônio.

**Candidatas:** Ana Paula Kocian – **Inscrição:** 0.078 – **Cargo:** Professor de Educação Física  
Walquiria Karsten – **Inscrição:** 0.140 – **Cargo:** Enfermeiro

**Fundamentações dos Recursos:**

Meu Bisavô foi um dos colonizadores do município, fixando sua residência logo em sua chegada onde hoje é a localidade de Santo Antonio. O que aprendemos e vivemos a história do município de Atalanta é que sua colonização teve início nas localidades de Dona Luiza, Alto Dona Luiza e Santo Antonio.

A alternativa do gabarito provisório não condiz com as informações contidas no site da prefeitura do município de Atalanta.  
<http://www.atalanta.sc.gov.br/conteudo/?item=13270etfa=1224>

**Resposta dos Recursos:**

A questão foi elaborada a partir dos dados informados sobre o município na Página Oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, onde consta:

Atalanta teve sua colonização iniciada no ano de 1.930, através do loteamento e venda de terras a cargo da Sociedade Colonizadora Catarinense S.A., de Jensen e Bertoli. No início de sua colonização era denominada de Sede Dona Luiza, e mais tarde ficou conhecida como Serra do Pitoco. Deu-se este nome ao vilarejo em formação, motivados pela existência de uma serra pitoca, ou seja, uma serra que termina abruptamente. Como pioneiros, Atalanta teve o senhores José André Sebold, Pedro Nogueira de Andrade e Oscar Meurer. Participaram também do processo de colonização, alemães, italianos e poloneses. Entre as primeiras famílias que se instalaram, encontravam-se em **Dona Luiza, Ribeirão Matilde e Alto Dona Luiza**, depois **Santo Antônio** e só então, na sede do vilarejo que se formava. (...)

Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=420180&search=santa-catarina|atalanta|infograficos:-historico>



Resposta: **INDEFERIDO**

Portanto, fica “MANTIDA” a Alternativa “A”, para a Questão 13, das Provas de Nível MÉDIO e SUPERIOR, do Concurso Público nº 001/2013, do Município de Atalanta/SC.

**Resposta ao recurso interposto contra a Questão 16, da Prova de ADVOGADO, do Concurso Público nº 001/2013, do Município de Atalanta/SC.**

**A questão foi apresentada aos candidatos nos cadernos de provas da seguinte forma:**

**16 – Em relação aos direitos e garantias fundamentais, previstos no Artigo 5º, da Constituição Federal, é CORRETO afirmar:**

- [A] A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador. São exceções, desde que efetivada durante o dia, casos de flagrante delito ou por determinação judicial.
- [B] **As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.**
- [C] O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional ou por organização sindical. A condição é que ambos estejam legalmente constituídos e em funcionamento há pelo menos um ano.
- [D] São crimes inafiançáveis e imprescritíveis o racismo e o terrorismo.

**Candidato:** Rory Klay Sant'Ana – **Inscrição:** 0.249 – **Cargo:** Advogado

#### **Fundamentação do Recurso:**

A alternativa “D” também deve ser considerada correta, sobretudo porque a Constituição da República em seu art. 5º dispõe que tanto o crime de terrorismo quanto o de racismo são inafiançáveis e imprescritíveis, conforme segue:

Art. 5º [...]:

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

Nesse sentido, leciona a doutrina: *“Suspensão da prescrição: não pode ser suspensa indefinidamente, pois isso equivaleria a tornar o delito imprescritível, o que somente ocorre, por força do preceito constitucional, com o racismo e o terrorismo. Assim, por ausência de previsão legal, tem prevalecido o entendimento de que a prescrição fica suspensa no prazo máximo em abstrato previsto para o delito. Depois começa a correr normalmente. Isso significa que, no caso de furto simples, cuja pena*

*máxima é de quatro anos, a prescrição não corre por oito anos. Depois, retoma o seu curso, finalizando com outros oito anos, ocasião em que o juiz pode julgar extinta a punibilidade do réu.” (NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado, 3ª ed. rev. e atual. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2004, p. 366) (grifei)*

Nesta esteira de entendimento, o Supremo Tribunal Federal vem destacando que toda ameaça ou lesão aos Direitos Humanos, inclusive o crime de terrorismo e racismo, são imprescritíveis por força constitucional, conforme destaca FLÁVIO FERREIRA LILIAN CHRISTOFOLETTI, em reportagem sobre posicionamento do então Presidente do STF: **“O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, afirmou ontem que os crimes de terrorismo são imprescritíveis, assim com os delitos de tortura, ao comentar as manifestações da ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) de que os torturadores do período de regime militar (1964-1985) não são beneficiados pela prescrição.”** *“Essa discussão sobre imprescritibilidade tem dupla face. O texto constitucional também diz que o crime de terrorismo é imprescritível”, afirmou Mendes. Procurada ontem, a ministra não quis comentar as declarações do presidente do STF.*

*A polêmica sobre julgamentos de crimes de tortura cometidos durante o regime militar foi suscitada na semana passada pela AGU (Advocacia Geral da União). Subordinada à Presidência, o órgão informou que atos de tortura praticados na ditadura foram perdoados pela anistia. O parecer integra um processo que responsabiliza os militares reformados Carlos Alberto Brilhante Ustra e Audir Santos Maciel por morte, tortura e desaparecimento de 64 pessoas durante a ditadura.*

*“Tenho uma posição muito clara em relação a isso. Repudio qualquer manipulação ou tentativa de tratar unilateralmente casos de direitos humanos. Direitos humanos valem para todos: presos, ativistas políticos. Não é possível dar prioridade a determinadas pessoas que tenham determinada atuação política. Direitos humanos não podem ser ideologizados, é bom que isso fique claro”, disse. (disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0411200802.htm>: 20/01/2014) (Grifei)*

Por fim, levando em conta o equívoco na elaboração da questão em epígrafe, a qual contraria entendimento doutrinário e jurisprudencial, deve o presente recurso ser julgado totalmente procedente para anular a questão na forma do item 8.3.2 do Edital.

### **Resposta do Recurso:**

O recorrente entende que além da alternativa “B”, a “D” também está correta.

Primeiramente é necessário ressaltar um ponto. O enunciado da questão é que delimita o tema a ser analisado. No caso em tela, o enunciado prescrevia **“Em relação aos direitos e garantias fundamentais, previstos no Artigo 5º, da Constituição Federal, é CORRETO afirmar”**.

O Artigo 5º da Constituição Federal expressamente ressalva da incidência da prescrição apenas o racismo, não fazendo menção ao terrorismo. Portanto, a alternativa “D” está em desacordo com o disposto no texto constitucional.





Aliás, o STF considera a prescritibilidade dos crimes um princípio que somente pode ser afastado por norma expressa em sentido contrário.

“Escrever, editar, divulgar e comercializar livros ‘fazendo apologia de ideias preconceituosas e discriminatórias’ contra a comunidade judaica (Lei 7.716/1989, art. 20, na redação dada pela Lei 8.081/1990) constitui crime de racismo sujeito às cláusulas de inafiançabilidade e imprescritibilidade (CF, art. 5º, XLII). Aplicação do princípio da prescritibilidade geral dos crimes: se os judeus não são uma raça, segue-se que contra eles não pode haver discriminação capaz de ensejar a exceção constitucional de imprescritibilidade. Inconsistência da premissa.” (STF. **HC 82.424**, Rel. p/ o ac. Min. Presidente **Maurício Corrêa**, julgamento em 17-9-2003, Plenário, *DJ* de 19-3-2004.)

Resposta: **INDEFERIDO**

Portanto, fica “MANTIDA” a Alternativa “B”, para a Questão 16, da Prova de ADVOGADO, do Concurso Público nº 001/2013, do Município de Atalanta/SC.

**Resposta ao recurso interposto contra a Questão 16, da Prova de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, do Concurso Público nº 001/2013, do Município de Atalanta/SC.**

**A questão foi apresentada aos candidatos nos cadernos de provas da seguinte forma:**

**16 – São requisitos para o ingresso nos quadros de pessoal na Prefeitura Municipal de Atalanta, EXCETO:**

- [A] **Aprovação em concurso público, quando se tratar de nomeação para cargo em comissão.**
- [B] Nacionalidade Brasileira, ou estrangeira, na forma da Lei.
- [C] Nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.
- [D] Quitação com as obrigações militares e eleitorais.

**Candidata:** Ana Paula Kocian – **Inscrição:** 0.078 – **Cargo:** Professor de Educação Física

**Fundamentação do Recurso:**

Apesar de eu ter acertado esta questão, gostaria de questionar qual a relação entre ensino religioso e Educação Física, sendo que esta questão esta relacionada como a primeira questão especifica de Educação Física?

**Resposta do Recurso:**

A candidata está completamente equivocada em sua argumentação, a questão 16 versa sobre Estatuto dos Servidores Municipais de Atalanta, em momento algum no enunciado ou nas alternativas é citado o tema “Ensino Religioso”.

Por dedução, talvez a candidata esteja buscando informações sobre a Questão 22, a mesma versa sobre a Lei 9.394, cujo todo teor poderia ser cobrado pelos membros da Banca Examinadora. Todos os candidatos que se inscreveram para concorrer a cargos de Professor (Artes, Educação Física e Educação Infantil) tiveram esta questão inserida em seus cadernos de prova.

A resposta da questão está correta e a mesma será mantida.

**Resposta:** **INDEFERIDO**

**Portanto, fica “MANTIDA” a Alternativa “A”, para a Questão 16, da Prova de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, do Concurso Público nº 001/2013, do Município de Atalanta/SC.**

**Resposta ao recurso interposto contra a Questão 19, da Prova de ADVOGADO, do Concurso Público nº 001/2013, do Município de Atalanta/SC.**

**A questão foi apresentada aos candidatos nos cadernos de provas da seguinte forma:**

**19 – No que tange às atividades de controle é CORRETO afirmar:**

- [A] Cabe ao Tribunal de Contas apreciar para fins de registro, dentre outros, a legalidade dos atos de admissão de servidores ocupantes de cargos em comissão.
- [B] Como condição de validade, os contratos administrativos devem ter a chancela homologatória do Tribunal de Contas.
- [C] **O contraditório e a ampla defesa são mitigados na apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria.**
- [D] Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer tipo de irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas, à polícia judiciária e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade subsidiária.

**Candidato:** Fernando Arndt – **Inscrição:** 0.044 – **Cargo:** Advogado

**Fundamentação do Recurso:**

Vem o candidato, respeitosamente, a presença da ilustre banca, se exsurgir pela questão em apreço visto que quanto as questões há formulações a respeito do Tribunal de Contas, matéria não contida expressamente no edital, não sendo este, conforme entendimento majoritário pátrio, nem órgão integrado ou subordinado ao poder legislativo. Apesar do enunciado fazer referência a "atividades de controle" o faz de maneira genérica criando dúvida insufismável ao candidato quanto ao posicionamento a ser adotado. Por fim, a respeitável banca adota como correta alternativa para a questão a letra "C" que trás em seu bojo entendimento consubstanciado na súmula vinculante número 3, exigência de entendimento sumular não contida no edital do concurso público. Diante do exposto, requer, respeitosamente a anulação da questão pelos motivos expostos.

**Resposta do Recurso:**

Exatamente no ponto "*Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; responsabilidade civil do Estado*" do conteúdo de Direito Administrativo, tem-se natural e suficientemente abordados conhecimentos sobre todos os tipos de controle da administração pública, inclusive o exercido pelo Tribunal de Contas.

Nesse sentido, Maria Sylvia Zanella Di Pietro coloca o tema dos Tribunais de Contas no capítulo "CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA". (*in* Direito Administrativo. - 23ª ed. - São Paulo: Atlas, 2010)



No mesmo sentido, tem-se ainda o José dos Santo Carvalho Filho que enumera e trata dos Tribunais de Contas dentro do capítulo de "Controle da Administração Pública". (in Manual de Direito Administrativo. - 16ª ed. - Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006)

.Ademais, se os Tribunais de Contas não estiverem inseridos no âmbito do controle da administração, onde estariam?

Finalmente, o candidato aos cargos de advogado, procurador, etc (área jurídica) devem, necessariamente demonstrar seu conhecimento técnico não apenas em relação à lei em sentido estrito e formal, mas também sobre a doutrina e jurisprudência, quiçá as súmulas vinculantes que possuem força cogente de envergadura constitucional e estão expressamente previstas no edital, contidas no subtema "*Supremo Tribunal Federal*".

A própria Constituição Federal expressamente consagra tal entendimento ao estabelecer no inciso II do artigo 37 que "*a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em **concurso público** de provas ou de provas e títulos, **de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego...***"

Portanto, o tema cobrado na questão está previsto no edital, não restando outra alternativa senão indeferir o requerimento de anulação da questão.

Resposta: **INDEFERIDO**

Portanto, fica "MANTIDA" a Alternativa "C", para a Questão 19, da Prova de ADVOGADO, do Concurso Público nº 001/2013, do Município de Atalanta/SC.

**Resposta ao recurso interposto contra a Questão 22, da Prova de ENFERMEIRO, do Concurso Público nº 001/2013, do Município de Atalanta/SC.**

**A questão foi apresentada aos candidatos nos cadernos de provas da seguinte forma:**

**22 – Sobre o PSF e as Equipes de Saúde da Família é INCORRETO afirmar:**

- [A] A responsabilidade pelo acompanhamento das famílias coloca para as equipes saúde da família a necessidade de ultrapassar os limites classicamente definidos para a atenção básica no Brasil, especialmente no contexto do SUS.
- [B] A Saúde da Família é entendida como uma estratégia de reorientação do modelo assistencial, operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde.
- [C] As equipes atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes, e na manutenção da saúde desta comunidade.
- [D] **As equipes são responsáveis pelo acompanhamento de um número indefinido de famílias, localizadas em uma área geográfica abrangente.**

**Candidata:** Maiara Klettberg – **Inscrição:** 0.253 – **Cargo:** Enfermeiro

**Fundamentação do Recurso:**

Considerando que devíamos assinalar a alternativa incorreta sobre PSF e as Equipes de Saúde da família a resposta correta é a letra A. Considerando que a alternativa D trás o seguinte texto: As equipes são responsáveis pelo acompanhamento de um número indeterminado de famílias, localizadas em uma área geográfica abrangente. Esta alternativa esta correta, pois não há definição de número de famílias e sim do número total de pessoas, segundo a portaria do Ministério da Saúde de número 2.027 de 25 de agosto de 2011 a equipe multiprofissional deve ter carga populacional máxima de 4.000 (quatro mil) habitantes por ESF e média recomendada de 3.000 (três mil) habitantes. Certo de contar com sua compreensão, desde já agradeço.

**Resposta do Recurso:**

A candidata está equivocada sua argumentação, na verdade dois itens foram alterados na alternativa “C” para que a mesma ficasse incorreta e, portanto, resposta para a questão.

1º, a quantidade de famílias; 2º, a área de abrangência da equipe; o Departamento de Atenção Básica, do Ministério da Saúde preconiza:

Cada equipe se responsabiliza pelo acompanhamento de, no máximo, 4 mil habitantes, sendo a média recomendada de 3 mil habitantes de uma determinada área, e estas passam a ter co-responsabilidade no cuidado à saúde.

Fonte: <http://dab.saude.gov.br/atencaobasica.php>



Resposta: **INDEFERIDO**

Portanto, fica “MANTIDA” a Alternativa “D”, para a Questão 22, da Prova de ENFERMEIRO, do Concurso Público nº 001/2013, do Município de Atalanta/SC.

**Resposta aos recursos interpostos contra a Questão 23, das Provas de CIRURGIÃO DENTISTA, ENFERMEIRO e MÉDICO, do Concurso Público nº 001/2013, do Município de Atalanta/SC.**

**A questão foi apresentada aos candidatos nos cadernos de provas da seguinte forma:**

**23 – São objetivos do Sistema Único de Saúde, EXCETO:**

- [A] A administração dos recursos orçamentários e financeiros destinados, em cada ano, à saúde.
- [B] A assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.
- [C] A formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a observância do disposto no §1º do artigo 2º desta Lei.
- [D] A identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde.

**Candidatos:** Bolívar Bittelbrunn – **Inscrição:** 0.222 – **Cargo:** Enfermeiro  
Maiara Klettberg – **Inscrição:** 0.253 – **Cargo:** Enfermeiro

**Fundamentações dos Recursos:**

EM RELAÇÃO AO ENUNCIADO QUE DIZ: "23 - SÃO OBJETIVOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, EXCETO:" PODÊ-SE ENTENDER CLARAMENTE TRATAR DE UMA EXCESSÃO QUE SERÁ ENCONTRADA NAS RESPOSTAS QUE NÃO É OBJETIVO DO SUS, ORA A ACERTIVA ASSINALADA NO GABARITO PROVISÓRIO, LETRA "A" TRATA DE TEMA DIVERSO E ESTÁ REALMENTE ERRADA, PORÉM NO ENUNCIADO PROPOSTO PELA LETRA "C" LÊ-SE: "

"C" - A FARMULAÇÃO DE POLÍTICA DE SAÚDE DESTINADA A PROMOVER, NOS CAMPOS ECONÔMICO E SOCIAL, A OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO §1º DO ARTIGO 2º DESTA LEI."

ORA AO LER O TERMO "DESTA LEI", E PROCURAR NO ENUNCIADO DA QUESTÃO QUAL LEI SERIA OU SE HAVIA ALGUMA LEI CITADA ESTA NÃO SE ENCONTRAVA DESCRITA EM LUGAR ALGUM.

E SABIDO QUE SE A ALTERNATIVA CITA UMA LEI QUE NÃO EXISTE NO ENUNCIADO ERRADA SE TORNA A ASSERTIVA.

TENDO DUAS ALTERNATIVAS ERRADAS NAS RESPOSTAS INVALIDADA DEVE SER A CITADA QUESTÃO DANDO OS PONTOS A TODOS OS CANDIDATOS.

A alternativa C desta questão trás que: A formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a observância do disposto no § 1º do art. 2º desta lei, mas no enunciado da questão não é relatado nenhuma lei, deixando a alternativa confusa e incorreta, pois em nenhum momento a lei em questão foi citada . Certo de contar com sua compreensão, desde já agradeço.

**Resposta dos Recursos:**

A candidata está correta em sua argumentação, a ausência da indicação da legislação a que se referia a questão pode ter induzido alguns candidatos ao erro. O enunciado deveria ter sido digitado da seguinte maneira:

**“De acordo com a Lei 8.080, são objetivos do Sistema Único de Saúde, EXCETO:”**

Desta forma ai sim a alternativa “A” poderia ser assinalada como resposta para a questão.



Resposta: **DEFERIDO – ANULADA**

Portanto, fica “ANULADA”, a Questão 23, da Prova de ENFERMEIRO, do Concurso Público nº 001/2013, do Município de Atalanta/SC.



**Resposta aos recursos interpostos contra a Questão 24, das Provas de PROFESSOR (ARTES, EDUCAÇÃO FÍSICA e EDUCAÇÃO INFANTIL), do Concurso Público nº 001/2013, do Município de Atalanta/SC.**

**A questão foi apresentada aos candidatos nos cadernos de provas da seguinte forma:**

**24 – De acordo com a Lei 9.394, NÃO é uma incumbência dos docentes:**

- [A] Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas.
- [B] Elaborar e executar sua proposta pedagógica.
- [C] Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento.
- [D] Informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

**Candidatas:**

Ana Paula Kocian – **Inscrição:** 0.078 – **Cargo:** Professor de Educação Física

Eliane Terezinha Brandt Demarchi – **Inscrição:** 0.025 – **Cargo:** Professor de Educação Infantil

Mareli Antunes Rodrigues Jochem – **Inscrição:** 0.026 – **Cargo:** Professor de Educação Infantil

Marleide Aparecida de Campos Rocha – **Inscrição:** 0.211 – **Cargo:** Professor de Artes

Rosania Marcílio Jochem – **Inscrição:** 0.208 – **Cargo:** Professor de Educação Infantil

Simoni Defrein Gomes – **Inscrição:** 0.049 – **Cargo:** Professor de Educação Infantil

**Fundamentações dos Recursos:**

De acordo com a Lei 9.394 não é uma incumbência dos docentes assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidos, isto sim é responsabilidade dos estabelecimentos de ensino como segue a baixo o artigo 12. No artigo 13 então se explica que é incumbência do docente ministrar estes dias letivos e horas-aula, além de participar dos planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional, como segue abaixo.

*Artigo 12 – Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:*

- I – elaborar e executar sua proposta pedagógica;*
- II – assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;*
- III – velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;*

*Artigo 13 – Os docentes incumbir-se-ão de:*

- V – ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;*

---

De acordo com a Lei Nº 9.394, em seu Artigo 13º diz:

Os docentes incumbir-se-ão de:

I- ...

II- ...

III- ...

IV- Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento.

V-...

VI- ...

A alternativa “ C” está correta, de acordo com a lei.

No entanto a alternativa que não é uma incumbência dos docentes é a letra A.

Conforme Lei 9.394 Artigo 13 item IV – Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento **É UMA INCUMBÊNCIA DOS DOCENTES**. E a questão 24 pede para assinalar a alternativa que **NÃO É UMA INCUMBÊNCIA DOS DOCENTES**.

#### **Resposta dos Recursos:**

As candidatas estão corretas em sua argumentação, ocorreu uma falha quando da digitação do enunciado da questão, o mesmo deveria ter a seguinte redação:

**“De acordo com a Lei 9.394, NÃO é uma incumbência dos docentes:”**

Desta maneira a alternativa “C” poderia ser assinalada como resposta para a mesma.

Resposta: **DEFERIDO – ANULADA**

Portanto, fica **“ANULADA”**, a Questão 24, das Provas de **PROFESSOR (ARTES, EDUCAÇÃO FÍSICA e EDUCAÇÃO INFANTIL)**, do Concurso Público nº 001/2013, do Município de Atalanta/SC.

**Resposta ao recurso interposto contra a Questão 26, da Prova de CIRURGIÃO DENTISTA, do Concurso Público nº 001/2013, do Município de Atalanta/SC.**

**A questão foi apresentada aos candidatos nos cadernos de provas da seguinte forma:**

**26 – Com relação ao Preparo da Cavidade Endodôntica, está INCORRETO afirmar:**

- [A] A penetração na câmara pulpar deve ser preferencialmente realizada em direção ao canal mais volumoso dos dentes multirradiculados.
- [B] As projeções ou restos do teto da câmara pulpar podem dificultar o acesso ao canal radicular.
- [C] Não se deve modificar a configuração normal do soalho da câmara.
- [D] O conteúdo da câmara pulpar encontrado na fase inicial deve ser forçado e removido, para que a entrada dos canais radiculares seja encontrada com mais facilidade.

**Candidato:** Luciano de Oliveira – **Inscrição:** 0.190 – **Cargo:** Cirurgião Dentista

**Fundamentação do Recurso:**

As afirmações da questão 26 estão todas corretas. A questão D, ao contrário do que foi marcada no gabarito como incorreta, segundo a maioria dos autores, C. R. Berger, De Deus, M. R. Leonardo, afirmam que na abertura da câmara pulpar, todo seu conteúdo deve ser removido, não somente para facilitar a visualização dos canais radiculares, mas também, remover todos os restos de polpa, que podem estar contaminados ou necróticos favorecendo e acentuando ainda mais o processo inflamatório, pois desta forma estaria se eliminando também a causa, o foco da inflamação. Desta forma a questão 26 não apresenta nenhuma questão correta.

**Resposta do Recurso:**

Segundo o autor Cohen, no seu livro Caminhos da polpa. O conteúdo da câmara pulpar não pode ser forçado sob risco de perfuração do assoalho da câmara pulpar.

**Resposta: INDEFERIDO**

**Portanto, fica “MANTIDA” a Alternativa “A”, para a Questão 13, da Prova de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, do Concurso Público nº 001/2013, do Município de Atalanta/SC.**

**Resposta ao recurso interposto contra a Questão 26, da Prova de ENFERMEIRO, do Concurso Público nº 001/2013, do Município de Atalanta/SC.**

**A questão foi apresentada aos candidatos nos cadernos de provas da seguinte forma:**

**26 – Com o aumento da temperatura na estação do verão a população diminui a ingestão de líquidos, causando problemas de desidratação e renais. São sintomas clínicos dos casos suspeitos de Cólicas nefréticas, EXCETO:**

- [A] Disúria.
- [B] **Dor ciática.**
- [C] Dor lombar.
- [D] Febre alta.

**Candidato:** Bolívar Bittelbrunn – **Inscrição:** 0.222 – **Cargo:** Enfermeiro

**Fundamentação do Recurso:**

O ENUNCIADO DA QUESTÃO FALA: " SÃO SINTOMAS CLÍNICOS DOS CASOS SUSPEITOS DE CÓLICAS NEFRÉTICAS, EXCETO:"

O GABARITO PROVISÓRIO TROUXE COMO RESPOSTA LETRA "B" DOR CIÁTICA. SENDO QUE MINHA RESPOSTA FOI LETRA " D" FEBRE ALTA, POR ENTENDER QUE TODAS AS ALTERNATIVAS ANTERIORES A ALTERNATIVA "D", INCLUSIVE A REFERIDA PELO GABARITO ERAM SINTOMAS DE CÓLICAS NEFRÉTICAS (RENAIS) E QUE FEBRE ALTA NÃO SERIA. AO PESQUISAR, DESCOBRI NUM SITE ESPECIALIZADO. CITO: <http://www.neurocirurgia.com/content/ciatico> QUE ESTÁ RELACIONADO NO ITEM UMA DAS CAUSAS DA DOR CIÁTICA É CÁLCULO RENAL QUE OCASIONA CÓLICAS NEFRÉTICAS COMO FATOR SECUNDÁRIO A OBSTRUÇÃO DAS VIAS URINÁRIAS PELOS CITADOS CÁLCULOS.

NO ITEM CAUSAS DA DOR CIÁTICA, dor referida de origem não espinhal. ASSIM SENDO A DOR CIÁTICA PODE SER CAUSADA POR CÓLICAS NEFRÉTICAS (RENAIS). POIS ESTAS REFERIDAS CÓLICAS SÃO CAUSADAS POR OBSTRUÇÃO DO TRATO URINÁRIO POR CÁLCULOS RENAIS COMO PODE SER CONSTATADO NO SITE [http://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%B3lica\\_renal](http://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%B3lica_renal)

ASSIM SENDO AS 4 ALTERNATIVAS ESTÃO CORRETAS, DEVENDO A QUESTÃO SER ANULADA E SER ATRIBUÍDA A TODOS OS CANDIDATOS.

**Resposta do Recurso:**

A cólica nefrética, sendo mais conhecida como cólica renal, é resultado de obstrução aguda do ureter em qualquer de suas porções, desde a junção uretero-piélica até o meato ureteral. O quadro clínico é de dor lombar em cólica, muito intensa, com irradiação ântero-inferior que pode atingir o hipogástrico ou os genitais. Estas características podem variar de acordo com a posição da obstrução, sendo mais comuns naquelas do terço proximal do ureter. Quando a interrupção ao fluxo urinário ocorre no terço distal, a cólica pode iniciar-se na fossa ilíaca ipsilateral e irradiar-se no sentido ântero-inferior e/ou póstero-superior, e provocar sintomas irritativos vesicais como disúria, polaciúria e sensação de resíduo pós-miccional.

Uma característica marcante da cólica ureteral é a grande intensidade da dor, podendo causar náuseas e vômitos nos episódios mais intensos de cólica nefrética. Em alguns casos pode manifestar febre. Num grande número de pacientes também podem ser observados sintomas de descarga adrenérgica como palidez cutânea, sudorese e taquicardia.



Fonte: (2012,08) Assistência da Enfermagem a Paciente com Cólica Nefrética – Estudo de Caso – Trabalhos Feitos

Disponível em: <http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Assit%C3%A2ncia-De-Enfermagem-a-Paciente-Com/315887.html>

Resposta: **INDEFERIDO**

Portanto, fica “MANTIDA” a Alternativa “B”, para a Questão 26, da Prova de ENFERMEIRO, do Concurso Público nº 001/2013, do Município de Atalanta/SC.

Resposta ao recurso interposto contra a Questão 27, da Prova de ADVOGADO, do Concurso Público nº 001/2013, do Município de Atalanta/SC.

A questão foi apresentada aos candidatos nos cadernos de provas da seguinte forma:

**27 – A alienação de bens da administração pública direta:**

- [A] Quando imóveis, independem de licitação e autorização legislativa em se tratando de doação para órgão do mesmo ente federativo.
- [B] Quando imóveis, independem de licitação no caso de investidura.
- [C] Regra geral, depende de prévia autorização legislativa, sejam móveis e imóveis.
- [D] Regra geral, tanto para bens móveis como imóveis, dependem de licitação da modalidade leilão.

**Candidato:** Rory Klay Sant'Ana – **Inscrição:** 0.249 – **Cargo:** Advogado

**Fundamentação do Recurso:**

Primeiramente, verifica-se que a alternativa “C” também deve ser considerada correta, sobretudo porque como **regra geral**, a alienação dos bens móveis e imóveis dependem de prévia autorização legislativa, senão veja-se o que diz a doutrina: *“**todo bem público, seja qual for sua espécie, pode ser alienado, desde que haja autorização legal e sejam atendidos os requisitos impostos pela lei**”* [...] (Washington de Barros Monteiro apud GASPARI, Diógenes. DIREITO ADMINISTRATIVO p. 863. ed. 12ª) (grifei). Esta é a regra geral que deve ser considerada para fins de análise da alternativa proposta, razão pela qual também deve ser considerada correta.

Ademais, é certo que, como regra geral, não se admite alienação de bens públicos, salvo quando existente autorização legislativa, conforme se infere de entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal: *“O acórdão dessa Corte, estampado na RT. 106:820, prescreve: “Bem público, do domínio da União, somente pode perder a inalienabilidade, que lhe é peculiar, **nos casos e forma prescrita pela lei**, segundo o art. 67 do Código Civil. **Fora desses casos, os bens dessa natureza estão fora do comércio e são insusceptíveis de apropriação, de sorte que a sua posse não pode ser adquirida por particulares.**”* (GASPARI, Diógenes. DIREITO ADMINISTRATIVO p. 863. ed. 12ª) (grifei)

De mais a mais, a norma prevista na Lei de Licitações tem caráter excepcional, haja vista que a regra geral encontra-se prevista no Código Civil em seu artigo 100. Daí porque, levando em conta que a alternativa suscita a regra geral, a afirmativa deve ser considerada correta.

Outrossim, a alternativa “D” também apresenta-se correta, tendo em vista que os bens móveis e imóveis têm sua alienação condicionada ao procedimento licitatório na modalidade leilão, conforme se infere da Lei de Licitações:

“Art. 22. São modalidades de licitação:

[...]

§ 5º Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

Art. 19. Os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, poderão ser alienados por ato da autoridade competente, observadas as seguintes regras:

[...]

III - adoção do procedimento licitatório, sob a modalidade de concorrência ou leilão.”

Por fim, levando em conta o equívoco na elaboração da questão em epígrafe, a qual contraria entendimento doutrinário e jurisprudencial, constatando-se a existência de mais de uma alternativa correta, deve o presente recurso ser julgado totalmente procedente para anular a questão na forma do item 8.3.2 do Edital.

### Resposta do Recurso:

Ao contrário do afirmado no recurso, a alternativa “C” não está correta porque a Lei 8.666/1.993 dispõe expressamente em sentido contrário, ou seja, no caso de bens móveis exige-se apenas a licitação.

Artigo 17 – A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I – **quando imóveis**, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de **licitação na modalidade de concorrência**, dispensada esta nos seguintes casos:

[...]

II – quando móveis, dependerá de avaliação prévia e de licitação, dispensada esta nos seguintes casos:



Ao tratar do tema, Maria Sylvia Zanella Di Pietro afirma que "*Quando se trata de **bens móveis** a autorização legislativa não é necessária...*" (in *Direito Administrativo*. - 23ª ed. - São Paulo: Atlas, 2010, p. 686)

A alternativa "D" está incorreta, porque a regra geral é que a alienação de bens imóveis será realizada mediante licitação na modalidade concorrência, conforme disposto no inciso I do Artigo 17, da Lei 8.666/1.993.

O leilão, aplica-se à venda de bens imóveis apenas nos casos expressamente previstos na lei, sendo um deles exatamente o previsto no art. 19. A alternativa é bem clara e indaga sobre a regra geral. E a regra geral é a modalidade concorrência para venda de imóveis.

Resposta: **INDEFERIDO**

Portanto, fica "MANTIDA" a Alternativa "B", para a Questão 27, da Prova de ADVOGADO, do Concurso Público nº 001/2013, do Município de Atalanta/SC.



**Resposta ao recurso interposto contra a Questão 27, da Prova de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, do Concurso Público nº 001/2013, do Município de Atalanta/SC.**

A questão foi apresentada aos candidatos nos cadernos de provas da seguinte forma:

**27 – As provas com obstáculos no atletismo estão relacionadas abaixo. Assinale a alternativa INCORRETA.**

- [A] 100 m com barreiras.
- [B] 400 m com barreiras.
- [C] 1.000 m com barreiras.
- [D] 3.000 m com obstáculos.

**Candidato:**

Josemar Lima dos Santos – **Inscrição:** 0.004 – **Cargo:** Professor de Educação Física

**Fundamentação do Recurso:**

“REGRA 169

CORRIDAS COM OBSTÁCULOS

1. As distâncias padrão serão 2.000m e 3.000m”

A questão número 27 da prova solicita que se assinale a alternativa INCORRETA, porém, existem três alternativas incorretas. De acordo com a Confederação Brasileira de Atletismo (CBAT), conforme link acima, a Regra 169, faz da opção D da questão 27, a única alternativa CORRETA. Sendo que barreiras (móvel) não é o mesmo que obstáculo (fixo).

Solicito que a questão seja anulada.

O desvio máximo horizontal do topo da barra de uma barreira (incluindo qualquer desvio das hastes) quando sujeitos a uma força central aplicada igual o peso de 10kg não excederá a 35mm.

3. Dimensões. As alturas padrão das barreiras são as seguintes:

Masculino	Adulto	Juvenil	Menores
110m	1.067m	0.991m	0,914m
400m	0.914m	0.914m	0,838m
Feminino	Adulto/Juvenil	Menores	
100m	0.838m	0,762m	
400m	0.762m	0,762m	

*Nota: Devido à variações de fabricantes, as barreiras até 1,000m são também aceitáveis nos 110m com barreiras Juvenil.*

Em cada caso haverá uma tolerância permitida de 3mm, acima e abaixo das alturas padrão, para permitir a variação na fabricação.

A largura das barreiras será de 1,18m a 1,20m. O comprimento máximo das bases será de 70cm. O peso total das barreiras não deverá ser inferior a 10Kg.

4. A altura da barra superior deve ser de 7cm  $\pm$  5mm. A espessura desta barra deve ser entre 1cm e 2,5cm, e as bordas superiores deverão ser arredondadas. A barra deve ser firmemente fixada nas extremidades.

5. A barra superior deve ser pintada em preto e branco ou com cores fortemente contrastantes (e também em contraste com o ambiente) de modo que as cores mais claras fiquem na extremidade de cada barra e que tenha 22,5cm, pelo menos, de largura na parte externa.

6. Todas as corridas devem ser disputadas em raias marcadas e cada atleta deverá manter-se em sua própria raia durante todo o percurso, exceto conforme o previsto na Regra 163.4.

7. Cada atleta saltará cada barreira. A falha em assim fazê-lo resultará em desqualificação.

Além disso, um atleta será desqualificado se ele:

(a) passar seu pé ou perna abaixo do plano horizontal da parte superior de alguma barreira, no momento da passagem, em ambos os lados.

(b) na opinião do Árbitro Geral derrubar, deliberadamente, qualquer barreira.

8. Exceto como especificado na Regra 168.7(b), a queda de barreiras não resultará em desqualificação nem o impedirá de estabelecer um recorde.

9. Para o estabelecimento de um Recorde Mundial todas as barreiras devem estar de acordo com as especificações desta Regra.

## REGRA 169 CORRIDAS COM OBSTÁCULOS

1. As distâncias padrão serão 2.000m e 3.000m

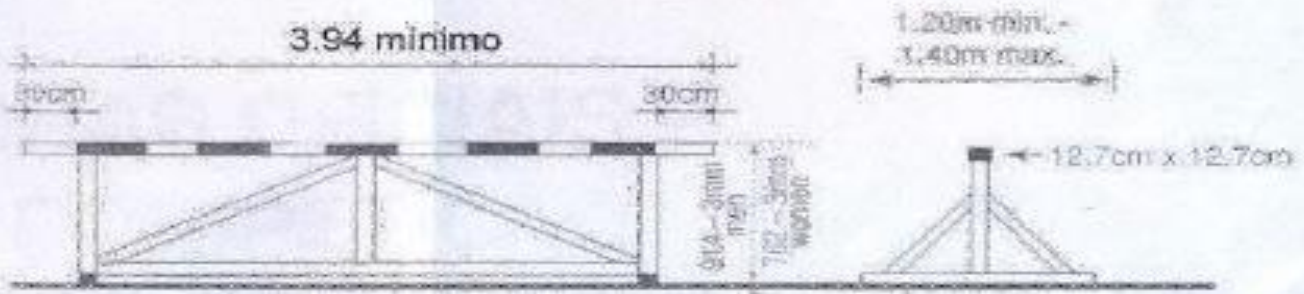
2. Haverá 28 saltos sobre obstáculos e 7 sobre o fosso de água na prova de 3.000m e 18 saltos sobre obstáculos e 5 sobre o fosso de água na prova de 2.000m.

3. Para as provas com obstáculos, haverá 5 saltos por volta após a linha de chegada ter sido passada pela primeira vez, sendo a passagem do fosso o quarto dos mesmos. Os saltos estarão distribuídos de forma regular, de maneira que a distância entre eles seja aproximadamente a quinta parte do comprimento normal de uma volta.

*Nota: Na prova de 2.000m, se o fosso de água estiver no lado interno da pista, a linha de chegada terá que ser passada duas vezes antes da primeira volta com cinco saltos.*

4. Na prova de 3.000m, a distância da saída ao começo da primeira volta não deve incluir nenhum salto, devendo ser removidos os obstáculos até que os atletas tenham iniciado a primeira volta. Na prova de 2.000m, o primeiro salto é o terceiro obstáculo de uma volta normal. Os obstáculos anteriores serão removidos até que os atletas tenham passado por ele pela primeira vez.

5. Os obstáculos devem ter 91,4cm para provas masculinas e 76,2cm para provas femininas ( $\pm$  3mm ambos) de altura e, pelo menos 3,94m de largura. A seção superior do travessão, inclusive do obstáculo do fosso, deve ser um quadrado de 12,7cm de lado.



### Exemplo de obstáculo

O obstáculo no fosso deve ter  $3,66\text{m} \pm 0,02\text{m}$  de largura, e deve ser fixado firmemente no solo, de maneira que nenhum movimento horizontal seja possível.

As barras superiores serão pintadas com faixas em branco e preto, ou em outras cores fortemente contrastantes (e também em contraste com o ambiente), de tal modo que as faixas mais claras, que terão o comprimento de  $22,5\text{cm}$  no mínimo, fiquem nas extremidades.

Cada obstáculo deve pesar entre  $80\text{kg}$  e  $100\text{kg}$ . Cada obstáculo deverá ter em cada lado uma base de  $1,2\text{m}$  a  $1,4\text{m}$  de comprimento. (ver figura 3).

O obstáculo deve ser colocado na pista de forma que  $30\text{cm}$  de seu travessão superior penetre no campo pela borda interna da pista.

*Nota: Recomenda-se que o primeiro obstáculo a ser transposto tenha no mínimo  $5\text{m}$  de largura.*

6. O fosso d'água, incluindo o obstáculo, deve ter  $3,66\text{m} (\pm 0,02\text{m})$  de comprimento e o tanque deve ter  $3,66\text{m} (\pm 0,02\text{m})$  de largura.

### Resposta do Recurso:

A argumentação do candidato está correta, a questão foi elaborada de maneira de maneira equivocada e não apresenta uma resposta a ser assinalada.

Resposta: **DEFERIDO – ANULADA**

Portanto, fica “ANULADA”, a Questão 27, da Prova de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, do Concurso Público nº 001/2013, do Município de Atalanta/SC.

**Resposta ao recurso interposto contra a Questão 28, da Prova de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, do Concurso Público nº 001/2013, do Município de Atalanta/SC.**

**A questão foi apresentada aos candidatos nos cadernos de provas da seguinte forma:**

**28 – No decorrer de nossa existência, avaliamos e somos avaliados diante da vida e das circunstâncias do mundo a nossa volta. Assinale a afirmativa INCORRETA sobre avaliação em Educação Física.**

- [A] A avaliação deve estar indiretamente ligada à avaliação de objetivos, ou seja, é causa/efeito, que, por sua vez, também, está diretamente ligada ao planejamento.
- [B] A avaliação permite ao professor adquirir elementos de conhecimentos que o tornem capaz de situar, do modo mais correto e eficaz possível, a ação do estímulo, de guia ao aluno.
- [C] O ato de diagnosticar na educação deve vir acompanhado de uma ação coerente, no sentido de informar aluno e professor da presença ou ausência do conhecimento.
- [D] O diagnóstico, para o professor e para o aluno, é de certa forma, um meio pelo qual ambos irão se situar diante das dificuldades apresentadas.

**Candidata:** Ana Paula Kocian – **Inscrição:** 0.078 – **Cargo:** Professor de Educação Física

#### **Fundamentação do Recurso:**

Isto é no seu ponto de vista.

A avaliação permite sim ao professor adquirir elementos de conhecimentos que os torne capaz de situar, do modo mais correto e eficaz possível, a ação do estímulo, de guia do aluno. Somente avaliando o aluno para sabermos se podemos evoluir, retornar ou manter. Por tanto nós fazemos avaliações e não diagnósticos, sendo assim a resposta D é a incorreta pois usamos a avaliação e não o diagnóstico para nos situarmos perante os alunos.

#### **Resposta do Recurso:**

Ao falar de “diagnóstico”, o mesmo está inserido dentro da avaliação realizada pelo profissional. E esse diagnóstico deve ser a favor do crescimento do aluno e não de sua estagnação.

**Resposta:** **INDEFERIDO**

**Portanto, fica “MANTIDA” a Alternativa “A”, para a Questão 28, da Prova de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, do Concurso Público nº 001/2013, do Município de Atalanta/SC.**

**Resposta ao recurso interposto contra a Questão 29, da Prova de ENFERMEIRO, do Concurso Público nº 001/2013, do Município de Atalanta/SC.**

**A questão foi apresentada aos candidatos nos cadernos de provas da seguinte forma:**

**29 – O Ministério da Saúde, através da Portaria 1.498, de 19 de Julho de 2.013, Redefiniu o Calendário Nacional de Vacinação e suas campanhas. São doenças preveníveis através das campanhas de vacinação, EXCETO:**

- [A] Influenza.
- [B] Poliomielite.
- [C] Sarampo.
- [D] **Varicela.**

**Candidata:** Débora Gonçalves Ferreira – **Inscrição:** 0.145 – **Cargo:** Enfermeiro

#### **Fundamentação do Recurso:**

O Programa Nacional de Imunizações do Brasil está incluindo, a partir do segundo semestre de 2013, a vacina antivaricela no calendário vacinal público das crianças, no segundo ano de vida. A vacina antivaricela disponível estará associada à vacina tríplice viral (sarampo, caxumba e rubéola), formando a vacina quádrupla viral. Os profissionais de saúde poderão observar algumas pequenas mudanças no calendário vacinal para possibilitar a inclusão dessa vacina, que, sem dúvida, contribuirá para redução da ocorrência e do comprometimento das crianças pelo vírus da varicela (ou catapora). Informem-se mais na publicação Saúde Plena, no site [www.saude.gov.br/imunizacoes](http://www.saude.gov.br/imunizacoes).

O Sistema Único de Saúde (SUS) passou a receber a vacina contra a catapora neste mês de setembro. A nova vacina vai compor o Calendário Nacional de Vacinação e será distribuída pelo Ministério da Saúde, por meio do Programa Nacional de Imunização (PNI). Com ela, o SUS sobe para 25 o número de ofertas de vacinas, 13 delas já disponibilizadas no Calendário.

Incluída na tetra viral, a vacina também protegerá contra sarampo, caxumba e rubéola e será ofertada exclusivamente para crianças de 15 meses de idade que já tenham recebido a primeira dose da vacina tríplice viral. Com essa inclusão, o Ministério da Saúde estima uma redução de 80% das hospitalizações por varicela (catapora). Foram investidos R\$ 127,3 milhões para a compra de 4,5 milhões de doses por ano, já enviadas aos estados.

Com 97% de eficácia, a vacina tetra viral é segura e raramente causa reações alérgicas. A imunização previne e evita complicações, casos graves com internação e possível óbito, além da prevenção, controle e eliminação das doenças sarampo, caxumba e rubéola.

A população deve se informar no posto de saúde mais próximo de suas casas para saber se a tetra viral já está disponível. Isso acontece porque alguns municípios ainda estão adequando a sua rotina de atendimento à nova vacina, que pede uma capacitação específica para os profissionais na administração da dose ou ainda pela dificuldade de distribuição em locais de difícil acesso. A previsão é que todas as 34 mil salas de vacinação distribuídas no Brasil estarão ofertando as doses até o final desse mês.

Ou seja, todas as vacinas citadas acima são doenças preveníveis através de campanhas vacinações estabelecidas pelo calendário, sendo a mais nova incluída no calendário a vacina contra varicela e inclusa juntamente com a campanha de prevenção a rubéola, sarampo e caxumba.

Fonte: <http://www.brasil.gov.br/saude/2013/09/vacina-contra-catapora-compo-e-o-calendario-nacional-de-vacinacao>. Acesso em 20 de Janeiro de 2014.

#### **Resposta do Recurso:**

As campanhas nacionais de vacinação são direcionadas para a Influenza, Poliomielite e Sarampo. As demais seguirão o **Calendário Básico de Vacinação da Criança para atualização de esquema vacinal**.

Fonte: **Anexo III, da Portaria 1.498, de 19 de Julho de 2.013,**

Resposta: **INDEFERIDO**

**Portanto, fica “MANTIDA” a Alternativa “D”, para a Questão 29, da Prova de ENFERMEIRO, do Concurso Público nº 001/2013, do Município de Atalanta/SC.**